



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO



PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Cuiabá, 31/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

DPF – Departamento de Polícia Federal

IN – Instrução Normativa

IPL – Inquérito Policial

LOA – Lei Orçamentária Anual

PAC – Programa de Aceleração do Crescimento

PIB – Produto Interno Bruto

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

SR – Superintendência Regional

RG – Relatório de Gestão

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento

TCU – Tribunal de Contas da União

UG – Unidade Gestora

UO – Unidade Orçamentária

SR/DPF/MT – Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso

NA – Não se Aplica

ND – Não Disponível

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	12
Quadro 2 - Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade.....	16
Quadro 3 - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações	17
Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679	18
Quadro 5 – Valores gastos com a ação 2679.....	18
Quadro 6 - Comparativo das atividades executadas pela ação 2679.....	19
Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 2720	19
Quadro 8 - Valores gastos com a ação 2720	20
Quadro 9 - Estatística comparativa de Operações Policiais Especiais	21
Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 2726	22
Quadro 11 - Valores gastos com a ação 2726	23
Quadro 12 - Relação de Inquéritos instaurados, relatados e em andamento	24
Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 4572	25
Quadro 14 - Valores gastos com a ação 4572	26
Quadro 15 - Quadro comparativo de servidores capacitados nos últimos três anos	26
Quadro 16 - Percentual de servidores policiais capacitados nos últimos três anos.....	26
Quadro 17 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações	28
Quadro 18 - Dados Gerais da Ação 8979	28
Quadro 19 - Valores gastos com a ação 8979	29
Quadro 20 - Dados Gerais da Ação 122R	29
Quadro 21 - Dados Gerais da Ação 8600	30
Quadro 22 - Valores gastos com a ação 8600	31
Quadro 23 - Dados Gerais da Ação 8980	31

Quadro 24 - Valores gastos com a ação 8980	31
Quadro 25 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	32
Quadro 26 - Dados Gerais da Ação 8375	32
Quadro 27 - Valores gastos com a ação 8375	33
Quadro 28 - Comparativo de registros de arma de fogo emitidos.....	33
Quadro 29 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	34
Quadro 30 - Dados Gerais da Ação 2000	34
Quadro 31 - Valores gastos com a ação 2000	35
Quadro 32 - Despesas por Modalidade de Contratação	36
Quadro 33 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	37
Quadro 34 - Evolução de Gastos Gerais.....	38
Quadro 35 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	39
Quadro 36 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo	39
Quadro 37 - Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade	41
Quadro 38 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009	44
Quadro 39 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	44
Quadro 40 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009	48
Quadro 41 - Declaração do responsável pela área de contratos	56

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gráfico comparativo de valores arrecadados pelo controle de produtos químicos	19
Figura 2 - Gráfico comparativo de apreensões em Mato Grosso	22
Figura 3 - Gráfico comparativo de Inquéritos Policiais decorrentes de flagrantes	24
Figura 4 - Gráfico comparativo de Inquéritos relatados, instaurados e em andamento	25
Figura 5 - Gráfico de Laudos Periciais emitidos	25
Figura 6 - Gráfico comparativo de servidores capacitados nos últimos três anos.....	27
Figura 7 - Gráfico comparativo percentual de servidores policiais capacitados nos últimos três anos	27

SUMÁRIO

Introdução	9
1 – Informações Gerais de Identificação	12
2 – Objetivos e Metas	14
2.1 – Responsabilidades Institucionais	14
2.1.2 – Objetivos Estratégicos	15
2.2 – Estratégia de Atuação	15
2.3 – Gestão orçamentária e financeira.....	16
2.3.1 – Programas/Ações	16
2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.....	17
2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	18
2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	19
2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União	22
2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	25
2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal.....	27
2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal.....	28
2.3.1.2.2 – Ação 122R - Aquisição de terreno adjacente á Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso	29
2.3.1.2.3 – Ação 8600 - Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pró- Amazônia.....	30
2.3.1.2.4 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal.....	31
2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI	32
2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento	32

2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo	34
2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade.....	34
2.4 – Desempenho Operacional	36
2.4.1 – Evolução das despesas.....	36
2.4.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação.....	36
2.4.1.3 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	37
2.4.1.4 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	39
2.4.1.5 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	39
2.4.1.6 – Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade	41
2.4.2 – Indicadores de desempenho.....	42
2.4.3 – Análise do desempenho	42
3 – Recursos Humanos	44
4 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	47
5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009	48
6 – Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres	49
7 – Previdência Complementar Patrocinada	50
8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos.....	51
9 – Renúncia Tributária.....	52
10 – Operações de Fundo	53
11 – Determinações dos Órgãos de Controle	54
11.1 – Recomendações da CGU	54
11.2 - Determinações e Recomendações do TCU	54
12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009	55
13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios.....	56
14 – Outras Considerações.....	57
15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada	58

Introdução

O presente relatório tem por objetivo apresentar a análise do desempenho institucional e da gestão orçamentária e financeira da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso no ano de 2009, de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

O conteúdo geral deste Relatório está estruturado de forma sequencial segundo os itens relacionados no Anexo II, DN TCU nº 100/2009, ou seja: informações gerais de identificação, gestão orçamentária, recursos humanos, informações sobre restos a pagar, determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e declaração referente ao registro de contratos no sistema SIASG.

Os itens referentes a reconhecimento de passivos, transferências de recursos, previdência complementar, fluxo financeiro de projetos, renúncia tributária, operações de fundos, registro de atos de admissão, desligamentos e aposentadorias não se aplicam à natureza jurídica da Superintendência Regional, não tiveram ocorrências no período ou são executados pelo órgão central, Unidade Orçamentária da UG.

A Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso está estruturada em 05 (cinco) Unidades Operacionais, composta pela Sede em Cuiabá/MT e por 04 (quatro) Delegacias de Polícia Federal em Barra do Garças/MT; Cáceres/MT; Rondonópolis/MT e Sinop/MT.

Compõem a estrutura da Superintendência Regional, na sede, duas Delegacia Regionais, no caso a Delegacia Regional Executiva – DREX e a Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado – DRCOR, sob as quais estão subordinadas **09 (nove) Delegacias Especializadas**.

A **Delegacia Regional Executiva - DREX/SR/DPF/MT** estão vinculadas as seguintes unidades: Delegacia de Controle de Segurança Privada – DELESP; Delegacia de Defesa Institucional - DELINST, Delegacia de Polícia de Imigração – DELEMIG; Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ; Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV; Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH.

A **Delegacia Regional de Combate ao Crime Organizado - DRCOR/SR/DPF/MT** estão vinculadas as seguintes unidades: Delegacia de Repressão a Entorpecentes – DRE; Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio – DELEPAT e a Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - DELEARM.

Estão vinculados ainda na estrutura da Regional, o Núcleo de Operações da Delegacia Regional Executiva – NO/DREX; Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI; Núcleo de Inteligência Policial – NIP; Setor de Recursos Humanos – SRH; Setor Técnico-Científico – SETEC e o Setor de Administração e Logística Policial - SELOG.

Mato Grosso é uma das 27 unidades federativas do Brasil. Está localizado a oeste da região Centro-Oeste e a maior parte de seu território é ocupada pela Amazônia Legal. Tem como limites: Amazonas, Pará (N); Tocantins, Goiás (L); Mato Grosso do Sul (S); Rondônia e Bolívia (O).

Ocupa uma área de **903.357 km² (novecentos e três mil trezentos e cinquenta e sete quilômetros quadrados)**, pouco menor que a Venezuela, sendo o terceiro maior estado da

Federação. Sua capital é a cidade de Cuiabá. No estado encontramos três ecossistemas, no caso: o bioma do Pantanal; o bioma do Cerrado e o bioma Amazônico.

Em razão das características geográficas do Estado de Mato Grosso, notadamente a fronteira de cerca de 900 (novecentos) quilômetros com a Bolívia, um dos maiores produtores mundiais de cocaína, bem como o fato de que a maior parte de seu território é ocupada pela Amazônia Legal, a Superintendência Regional priorizou o combate aos crimes de maior incidência no âmbito de nossa circunscrição, quais sejam o **tráfico ilícito de substâncias entorpecentes** e os **crimes contra o meio ambiente**.

Por outro vértice, apesar do estado de Mato Grosso possuir apenas **1,3 % (um vírgula três por cento) da população** e **1,6 % (um vírgula seis por cento) do P.I.B. do Brasil** e, por conseguinte, o repasse de verbas da União respeitar proporcionalmente este percentual, também se deu especial atenção ao **combate aos crimes de corrupção e desvio de recursos federais/ fraudes a licitação**.

No ano de 2009 deflagrou-se **17 (dezesete)** “OPERAÇÕES ESPECIAIS”, assim denominadas aquelas que demandaram a utilização de técnicas especiais de investigação, resultando na desarticulação de Organizações Criminosas que causaram elevados prejuízos a União e a sociedade brasileira.

Somente nas “Operações Especiais” de iniciativa da Superintendência Regional de Mato Grosso, foram cumpridos **263 (duzentos e sessenta e três) mandados de busca e apreensão** e **300 (trezentos) mandados de prisão cautelar (temporária, flagrante e preventiva)**.

Quanto aos trabalhos ordinários de iniciativa interna da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso no ano de 2009, foram instaurados **230 (duzentos e trinta) Inquéritos Policiais decorrentes de prisões em flagrante delito**, resultando nas prisões de **796 (setecentas e noventa e seis)** pessoas, o maior número dos últimos 05 (cinco) anos.

Em números totais, considerando os trabalhos pró-ativos (operações de inteligência) e reativos (Inquéritos Policiais), foram instaurados **2.367** (dois mil trezentos e sessenta e sete) Persecutórios e relatados **2.053** (dois mil e cinqüenta e três), restando em tramitação na Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso **3.210** (três mil duzentos e dez).

Relativamente à opção deste Gestor no combate ao narcotráfico no estado de Mato Grosso, vale destacar que nos anos de 2008 e 2009, todo o Departamento de Polícia Federal apreendeu cerca de **41 toneladas de cocaína**, apenas a Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso foi responsável direta/indiretamente pela apreensão de aproximadamente **10 toneladas de cocaína**, cerca de 25% (vinte e cinco por cento) de toda apreensão da Polícia Federal.

No tocante à opção pelo combate aos crimes ambientais, o trabalho de repressão no estado nos anos de 2008 e 2009 foi responsável pela diminuição em **80% (oitenta por cento) da área desmatada** no estado de Mato Grosso, comparado com o ano de 2007, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

Estas informações são de fundamental importância, considerando-se que o respeito ao meio ambiente é prioridade mundial e o Brasil estava/está sendo cobrado internacionalmente por uma mudança de postura frente a este problema Logo a opção do Gestor em priorizar o combate aos crimes ambientais foi correta.

Já no combate a corrupção, nos anos de 2008 e 2009 foram desencadeadas **10 (dez)** “Operações Especiais”, objetivando desarticular Organizações Criminosas especializadas em fraudes a licitação; estelionato previdenciário; corrupção (propriamente dita) e

apropriação/desvio de recursos da União, resultando na prisão, infelizmente, de **71 (setenta e um) servidores públicos** dos três entes Federativos (União, Estados e Municípios).

Posto isto, esclarecemos que os dados estatísticos serão analisados de forma mais acurada no desenvolvimento deste Relatório, à luz da aplicação dos recursos disponibilizados à Unidade Gestora.

1 – Informações Gerais de Identificação

**Quadro 1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada
Poder e Órgão de vinculação**

Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG: 316	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora e Agregadora			
Denominação completa: Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso			
Denominação abreviada: Polícia Federal em Mato Grosso			
Código SIORG: 001143	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200374	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(65) 3614-5600	(65) 3614-5602	(65) 3614-5665
Endereço eletrônico: srmt@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			
Endereço Postal: Av. Rubens de Mendonça, nº. 1205, bairro Araés, Cuiabá-MT, CEP: 78.008-000			
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidada			
Nome	Situação	Código SIORG	
NÃO SE APLICA			
Identificação de Unidade Jurisdicionada Agregada			
Número de Ordem: 01			
Denominação completa: Fundo de Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – MT			
Denominação abreviada: FUNAPOL – MT			
Código SIORG: Não se aplica	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 200375	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público			
Principal Atividade: Segurança e Ordem Pública		Código CNAE: 8424-8/00	
Telefones/Fax de contato:	(65) 3614-5600	(65) 3614-5602	(65) 3614-5665
Endereço eletrônico: cm.nti.srmt@dpf.gov.br			
Página da Internet: http://www.dpf.gov.br			

Endereço Postal: Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº. 1205, bairro Araés, Cuiabá-MT, CEP:78.008-000.
Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
<ul style="list-style-type: none"> - Art. 144 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. - Criação da SR/DPF/MT: Port. 087, de 24/01/79, DOU.20 de 29/01/79. ¹ - Criação de DAS: Dec. 77.649, de 19/05/76, DOU. 097, de 20/05/76 <p>FUNAPOL: - Lei Complementar 89, de 18.02.1997.</p>
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 6.061, de 15.03.2007. - Portaria nº 3.961/MJ, de 24.11.2009, que aprova o Regimento Interno. - Instrução Normativa nº 13/DG-DPF, de 15.06.2005.
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas
Não se Aplica

¹ - Criada como Posto pela Port. 259, de 29/02/68, BS.028 de 08/03/68. Elevada para Divisão pela Port. 1.544, de 11/12/72, BS. 235, de 12/12/72. Extinta como Divisão pela Port. 827, de 25/10/79, BS. 208, de 30/10/79. Criada como Superintendência Regional pela Port. 087, de 24/01/79, DOU. 20, de 29/01/79. Ativada como Superintendência Regional através da Port. 827, de 25/10/79, BS. 208, de 30/10/79, quando da extinção da Divisão de Polícia Federal sediada em Cuiabá.

2 – Objetivos e Metas

2.1 – Responsabilidades Institucionais

O Departamento de Polícia Federal é um órgão do Ministério da Justiça, que tem suas raízes na Intendência Geral da Polícia da Corte do Estado do Brasil de Dom João VI de 1808, a qual foi posteriormente transformada em Departamento Federal de Segurança Pública, Decreto-Lei 6378/44, tomando a sua atual constituição por meio do Decreto-Lei nº 200/1967, e faz parte, portanto, da administração direta do Governo Federal.

A Polícia Federal é representada nos Estados por suas Superintendências, que executam suas próprias receitas, como unidades gestoras, como a Superintendência Regional do Estado de Mato Grosso.

As atribuições da Polícia Federal estão previstas na Constituição Federal, sendo um dos agentes responsáveis pela segurança pública nacional devendo atuar na preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público.

Mais especificamente a Polícia Federal deve *“apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; e exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”* (art. 144, Parágrafo §1º, inciso I, Constituição Federal).

Dessa forma, a Polícia Federal apura os crimes contra o meio ambiente; contra a ordem tributária; contra o Sistema Financeiro Nacional; contra a Previdência Social; contra os serviços postais; contra a organização do trabalho; contra o direito da comunidade silvícola; contra os direitos humanos; os crimes eleitorais; de genocídio; de tráfico ilícito de drogas, dentre outros.

Cabe, ainda, à Polícia Federal às seguintes atribuições: Controle Migratório (Lei nº 6.815/1980 - Estatuto do Estrangeiro), Controle de Armas (Lei nº 10.826/2003 - SINARM); Controle de Empresas de Segurança Privada (Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995); Controle de Precusores Químicos - que possam ser utilizados no preparo de substâncias entorpecentes (Lei nº 10.357/2001); Segurança de Dignitários - oficiais e autoridades estrangeiras (Lei nº 4.483/1964); Identificação Criminal e Civil (Lei nº 4.483/1964); Segurança ao Patrimônio da União coibindo turbação ou esbulho possessório (Lei nº 10.683/2003), Serviço de Estatística Criminal (Código de Processo Penal), Controle de Conflitos Fundiários (Decreto nº 5.834/2004), Representação Externa – INTERPOL (Lei nº 4.483/1964), e de Proteção a Testemunhas (Lei 9.807/1999).

Assim, a Superintendência de Mato Grosso exerce todas essas atividades, direta ou indiretamente, no âmbito de sua circunscrição, com as atribuições de: planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar, fiscalizar e avaliar a execução das atividades, ações e operações correlatas à atuação da Polícia Federal; administrar as unidades sob sua

subordinação, em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais; propor diretrizes específicas de prevenção e repressão aos crimes de atribuição do Departamento, subsidiando o planejamento operacional das unidades centrais; executar operações policiais integradas com as unidades centrais, relacionadas à repressão uniforme dos crimes de atribuição do Departamento; apoiar as unidades centrais nas inspeções às suas unidades, dispondo dos meios e das informações necessárias; promover estudos e dispor de dados acerca das ações empreendidas, e consolidar relatórios de avaliação de suas atividades, com vistas a subsidiar o processo de gestão das unidades centrais; e adotar ações de controle e zelar pelo uso e manutenção adequada dos bens imóveis, equipamentos, viaturas, armamento e outros materiais sob guarda da Superintendência.

2.1.2 – Objetivos Estratégicos

No ano de 2009 foram eleitos de forma ampla pela Direção-Geral os seguintes objetivos estratégicos da instituição:

- Melhoria da Gestão;
- Combate à Corrupção;
- Combate ao Narcotráfico;
- Combate aos crimes contra o Meio-Ambiente;
- Inserção Internacional.

Ademais, vale dizer, que toda a atuação da instituição se foca no atendimento da MISSÃO que é “Manter a lei e a ordem para a preservação da segurança pública, no estado democrático de direito, cumprindo as atribuições constitucionais e infraconstitucionais, mediante estratégias, no exercício das funções de polícia administrativa e judiciária”.

Isso para atingir a sua VISÃO DE FUTURO que é “Tornar a Polícia Federal uma referência mundial em segurança pública para, no cumprimento de suas atribuições, garantir a manutenção da lei e da ordem interna e externa, em cooperação com os estados soberanos, como valores fundamentais da dignidade humana”.

2.2 – Estratégia de Atuação

Tendo como norte os objetivos estratégicos do Departamento de Polícia Federal, analisando os aspectos geográficos; econômicos e criminais do Estado de Mato Grosso, direcionou-se a Gestão da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso, visando à repressão aos crimes de narcotráfico; crimes ambientais (mormente desmatamento) e corrupção (agentes públicos e desvio de verbas públicas), não olvidando os outros crimes de competência de enfrentamento por parte da Polícia Federal.

Foi dada especial atenção aos 900 (novecentos) quilômetros de fronteira do Brasil com a Bolívia, onde se priorizou o combate à criminalidade transnacional, controle migratório e interação com as Autoridades Bolivianas, particularmente a Polícia Nacional. Ressalta-se aqui a assinatura do Acordo de Cooperação entre a Polícia Federal e a Polícia Nacional Boliviana, firmado na cidade de Campo Grande/MS na data de 18.02.2009.

No tocante à estratégia de atuação na atividade fim do órgão, continuamos no ano de 2009 a priorizar o combate às várias organizações criminosas baseadas no estado de Mato Grosso, procurando desarticular todo núcleo criminoso quando do desencadeamento das “Operações Especiais de Inteligência”, principalmente com a prisão de agentes públicos e políticos integrantes destes grupos.

Especial atenção foi dada à produção da prova técnica (laudos periciais), visando robustecer o conjunto probatório de inquéritos policiais terminados na Regional. Quanto às “Operações Especiais”, o resultado direto desta política foi o aumento de prisões preventivas decretadas ao término das operações.

Para consecução dos objetivos fins, procuramos a integração com outras instituições públicas, como a Polícia Civil e a Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, a Receita Federal do Brasil; a Controladoria Geral da União; o Ministério do Trabalho e Emprego; o Ministério da Previdência Social; a Caixa Econômica Federal, o IBAMA, a FUNAI; dentre outras.

Relativamente às atividades meio, procuramos desenvolver ações de valorização e capacitação de servidores, continuando os trabalhos iniciados no ano de 2008, sendo que conseguimos capacitar grande parte do efetivo de servidores administrativos.

Procuramos ainda racionalizar a aplicação dos recursos públicos, melhorando a qualidade dos gastos, sendo que o aumento do custeio da Unidade foi decorrente do aumento das ações operacionais da Unidade.

2.3 – Gestão orçamentária e financeira

Quadro 2 - Identificação das Unidades Orçamentárias responsáveis pela programação da Unidade

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	30108	200336
FUNDO PARA APARELHAMENTO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES-FIM DA POLÍCIA FEDERAL - FUNAPOL	30909	200337

2.3.1 – Programas/Ações

O Departamento de Polícia Federal tem sob sua responsabilidade direta em suas atividades finalísticas no PPA 2008-2011, dois programas de governo: **Prevenção e**

Repressão à Criminalidade e Modernização da Polícia Federal. Esses programas abrangem atividades de fiscalização e controle de empresas de produção, transporte e comércio de precursores químicos, ações de caráter sigiloso na área de Segurança Pública, prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União e capacitação de seus servidores.

A Superintendência Regional de Mato Grosso também executou recursos do Programa de Modernização da Polícia Federal, na ação referente à construção de Unidades do DPF, com a construção da Delegacia de Polícia Federal na cidade de Cáceres/MT, obra com execução durante todo o exercício de 2009 e com previsão de conclusão para o final de 2010.

O Programa de Apoio Administrativo representa a maior parte dos recursos administrados pela SR/DPF/MT, abrangendo a administração da unidade e as ações de informática para manutenção das atividades de apoio, considerando a terceirização de serviços de limpeza, vigilância, manutenção predial, recepcionistas, custeio de aluguéis, aquisição de bens permanentes e de material de consumo.

Esta Superintendência Regional executou ainda recursos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI do Ministério da Justiça, na ação da Campanha do Desarmamento.

2.3.1.1 – Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade

No âmbito das ações finalísticas voltadas à redução da criminalidade, mediante a repressão ao tráfico de drogas, de armas e à lavagem de dinheiro, das ações de combate à corrupção e ao crime organizado, entre outras, por parte da Polícia Federal, tem-se o Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade.

Quadro 3 - Dados do Programa 0662 - Prevenção e Repressão à Criminalidade e suas Ações

Tipo de programa		Finalístico
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Reduzir a criminalidade, intensificando o combate às organizações criminosas e aos crimes sob a competência da União
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa no âmbito da UJ		Delegado de Polícia Federal Oslain Campos Santana
Indicador(es) para avaliação do programa		Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal
Público-alvo (beneficiários)		Sociedade
Código	Tipo¹	Descrição da Ação
2679	A	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos
2720	A	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública
2726	A	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da

¹ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

		União
4572	A	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.1.1 – Ação 2679 - Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos

Quadro 4 - Dados Gerais da Ação 2679

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
Descrição	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Divisão de Controle de Produtos Químicos
Coordenador nacional da ação	José Alberto Maciel Costa
Unidade executora	200375
Produto (unidade de medida)	Documento Emitido (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 5 - Valores gastos com a ação 2679

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
2679	Fiscalização e Controle de Empresas de Produção, Transporte e Comércio de Precursores Químicos	R\$ 87.444,19	R\$ 87.444,19	R\$ 87.444,19	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI

Considerações

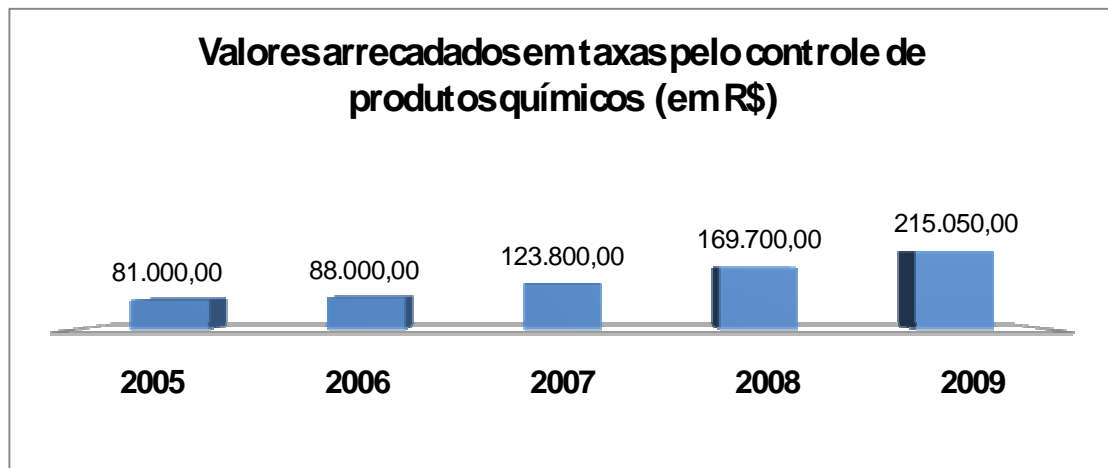
No ano de 2009 foram empenhados e liquidados R\$87.444,19 nesta ação, não havendo restos a pagar.

Com relação aos cadastros aprovados e licenças renovadas de empresas que trabalham com produtos químicos controlados no Estado de Mato Grosso, bem como valores arrecadados (taxas), segue gráfico comparativo com os anos anteriores.

Quadro 6 - Comparativo das atividades executadas pela ação 2679

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2005	2006	2007	2008	2009
CADASTROS APROVADOS	76	85	55	61	124
LICENÇAS RENOVADAS	57	51	92	142	138
VALORES ARRECADADOS – TAXAS	81.000,00	88.000,00	123.800,00	169.700,00	R\$ 215.050,00

Figura 1 - Gráfico comparativo de valores arrecadados pelo controle de produtos químicos



2.3.1.1.2 – Ação 2720 - Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública

Quadro 7 - Dados Gerais da Ação 2720

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
Descrição	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Ademir Dias Cardoso Júnior
Unidade executora	200375
Produto (unidade de medida)	Ação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 8 - Valores gastos com a ação 2720

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
2720	Ações de Caráter Sigiloso na Área de Segurança Pública	R\$ 139.278,33	R\$ 139.278,33	R\$ 139.278,33	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI

Considerações

Na execução de despesas referentes às ações de caráter sigiloso predomina a utilização de Suprimento de Fundos, vez que esta forma excepcional de execução da despesa, permite a manutenção do sigilo na aquisição de material, na prestação de serviços e em pagamento diversos que exigem pronto atendimento e não podem esperar o procedimento ordinário de execução.

As despesas referentes às ações de caráter sigiloso foram aplicadas tanto nas “Operações Especiais”, quanto nas ações de “Combate ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes”.

Oportuno, neste ponto, uma definição de “OPERAÇÃO ESPECIAL”: *caracteriza-se por toda aquela em que se utiliza conhecimento especializado; aplicação de recursos ou meios técnicos especializados; aplicação de recursos financeiros de natureza especial; mobilização de mais de 10 (dez) Policiais durante a investigação, deflagração ou análise do material apreendido; ações conjuntas com outros órgãos; apoio logístico de mais de uma unidade da Polícia Federal ou órgão externo da Polícia Federal; ocorrência ou possibilidade de repercussão regional ou nacional em razão da importância dos alvos; magnitude das ações ou potencial lesivo da conduta dos alvos; implicação de quadrilha, bando ou organização criminosa ou necessidade de acompanhamento do órgão central; duração superior a trinta dias.*

Frisa-se que se procurou reprimir a criminalidade organizada que pratica, de forma reiterada, estes delitos, desbaratando-se as Organizações Criminosas que atuam no Estado de Mato Grosso, especializadas na prática de delitos como: crimes ambientais; crimes de tráfico ilícito de drogas; crimes previdenciários; crimes corrupção; crimes cibernéticos; crimes contra o sistema financeiro nacional; crimes de contrabando/descaminho, enfim, englobando-se toda gama de atribuições do Departamento de Polícia Federal.

Nesta esteira, mantiveram-se no ano de 2009 os bons índices alcançados no ano de 2008 na área operacional, realizando-se **17 (dezessete) operações especiais** que resultaram no cumprimento de **267 (duzentos e sessenta e sete) mandados de prisão cautelares** e **263 (duzentos e sessenta e três) mandados de busca e apreensão**.

Frisa-se que não computamos nos dados acima os cumprimentos de Mandados de Prisão e Mandados de Prisão Cautelares expedidos em decorrência do desencadeamento de operações especiais de iniciativa de outras Unidades do Departamento, com “alvos” no estado de Mato Grosso.

Nos últimos cinco anos foram desencadeadas as seguintes operações especiais de iniciativa da Superintendência Regional de Polícia Federal de Mato Grosso:

- **Ano de 2005:** Operação Curupira, Operação Curupira II, Operação Curupira III, Operação Hidra, Operação Rio Pardo, Operação Cinderela;

- **Ano de 2006:** Operação Sanguessuga, Operação Dossiê, Operação Saúde, Operação Overlord, Operação Kayabi;
- **Ano de 2007:** Operação Mapinguari, Operação Niterói, Operação Lacraia, Operação Ícaro, Operação Espanha, Operação Sapiquá, Operação Niterói, Operação Duna Branca, Operação Caixa de Pandora, Operação Prevlider.
- **Ano de 2008:** Operação Reitor; Operação Arco de Fogo; Operação Aldeia Livre; Operação Madri; Operação Cola; Operação Termes; Operação Tabaco Portenho; Operação Varredura IV; Operação Caipora; Operação Teimoso; Operação Dupla Face; Operação Boi Branco; Operação Vulcano; Operação Terra Fria; Operação Aracne; Operação Instituto e Operação Escambo Branco.
- **Ano de 2009:** **OPERAÇÃO ARCO DE FOGO II** (ambiental); **UAUIARA** (ambiental); **BRABO I** (narcotráfico); **TURKO** (cibernéticos); **DRÁGEA** (fazendários); **FRONTEIRA BRANCA** (narcotráfico); **PLUMA** (corrupção); **PACENAS** (fraudes a licitação); **BENGALA** (previdenciários); **MARANELO** (narcotráfico); **SÃO CRISTOVÃO** (narcotráfico); **AÇAÍ EM PÓ** (narcotráfico); **PUBLICANOS** (previdenciários); **ALDEIA LIVRE II** (fazendários); **VOLVER** (narcotráfico); **CAMPOS DO NORTE** (narcotráfico) e **REBITE** (fazendários).

Quadro 9 - Estatística comparativa de Operações Policiais Especiais

DADOS	QUANTIDADE				
	2005	2006	2007	2008	2009
OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS	06	05	10	17	17
MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO CUMPRIDOS	190	127	270	503	263
PRISÕES (TEMPORÁRIA/PREVENTIVA/FLAGRANTE)	171	114	164	370	300
SERVIDORES PÚBLICOS PRESOS	n/d	28	n/d	55	16

O Estado de Mato Grosso possui 900 (novecentos quilômetros) de fronteira com a Bolívia, que, infelizmente, é um dos maiores produtores mundiais de cocaína. Assim, torna-se estratégico à Polícia Federal a interdição da entrada desta substância ilícita em território brasileiro.

No ano de 2009 foram apreendidos no território mato-grossense, apenas pela Polícia Federal, **3.291,745 kg** (três mil duzentos e noventa e um quilogramas e setecentos e quarenta e cinco gramas) **de cocaína**.

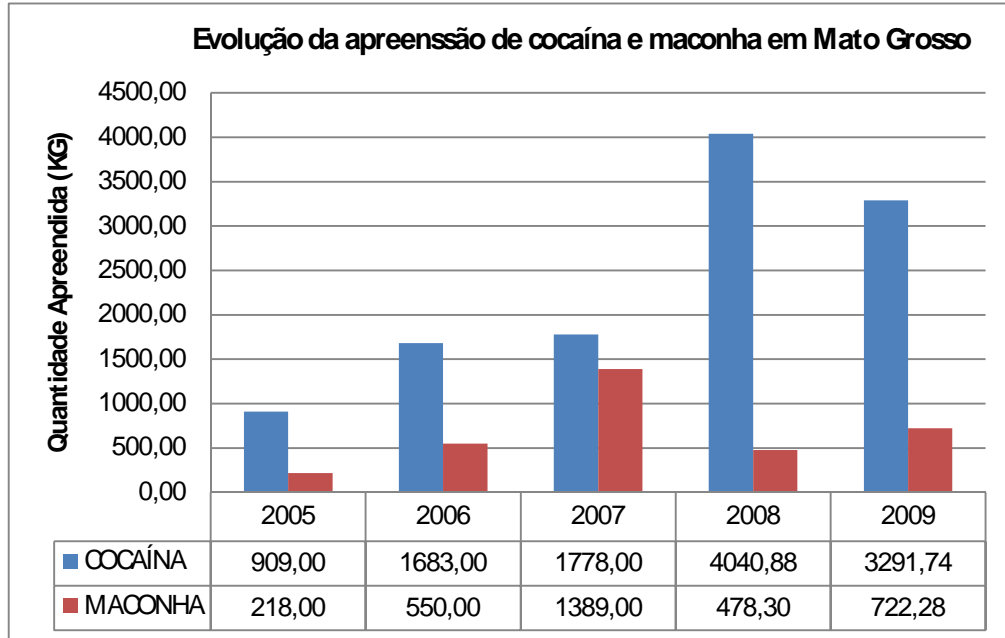
Como resultado direto de trabalhos de inteligência e investigações desta Regional, foram apreendidos em outros estados da federação **518,875 kg** (quinhentos e dezoito quilogramas e oitenta e sete gramas) **de cocaína**, utilizando-se a técnica de investigação da ação controlada.

Logo em decorrência das investigações desta Unidade Gestora, foram apreendidos **3.810,62 kg** (três mil oitocentos e dez quilogramas e sessenta e dois gramas) **de cocaína**.

A título de comparação, a Polícia Federal apreendeu no **ano de 2009** cerca de **20 toneladas de cocaína**, assim, apenas esta Superintendência foi responsável por cerca de **20 % (vinte por cento)** das apreensões desta substância ilícita no Brasil.

Quanto às apreensões de maconha, totalizaram o montante de **722,284 kg (setecentos e vinte e dois quilos e duzentos e oitenta e quatro gramas)**. Frisa-se que a maior parte da maconha apreendida no território mato-grossense, destina-se ao consumo interno no Estado.

Figura 2 - Gráfico comparativo de apreensões em Mato Grosso



2.3.1.1.3 – Ação 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Quadro 10 - Dados Gerais da Ação 2726

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.
Descrição	Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações,

	reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros. Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional. Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Claudio Ferreira Gomes
Unidade executora	200375
Produto (unidade de medida)	Operação realizada (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 11 - Valores gastos com a ação 2726

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
2726	Prevenção e Repressão a Crimes Praticados Contra Bens, Serviços e Interesses da União	R\$ 2.594.750,97	R\$ 2.592.854,14	R\$ 2.592.854,14	R\$ 1.896,83

Fonte: SIAFI

Considerações

Trata-se da ação em que é empregada grande parte dos recursos destinados à área finalísticas da SR/DPF/MT.

Uma das principais funções do Departamento de Polícia Federal é a prevenção e repressão a crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União, materializada no produto final dos trabalhos da Polícia Federal, ou seja, o inquérito policial.

Conforme já foi dito, destaca-se no ano de 2009 o fato de ter sido instaurado no âmbito da Superintendência Regional de Mato Grosso **230 (duzentos e trinta)** Inquéritos Policiais decorrentes de prisões em flagrante delito realizadas por ações Policiais Federais (iniciativa interna) – maior número dos últimos 05 (cinco) anos, totalizando a prisão de **796 (setecentas e noventa e seis) pessoas**.

Como reportado alhures, deflagrou-se 17 (dezesete) “Operações Especiais” de iniciativa da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso, onde foram cumpridos **256 (duzentos e cinquenta e seis)** mandados de busca e apreensão e **267 (duzentos e sessenta e sete)** mandados de prisão cautelar.

Em números totais, foram instaurados **2.367** (dois mil trezentos e sessenta e sete) inquéritos policiais e relatados **2.053** (dois mil e cinquenta e três), restando em tramitação em todas as Unidades da Superintendência **3.210** (três mil duzentos e dez) Apuratórios.

Portanto, no ano de 2009 atingiu-se na SR/DPF/MT o objetivo de equilibrar as investigações realizadas nas “operações especiais”, (operações pró-ativa), com as investigações feitas no bojo dos demais Inquéritos Policiais (operações reativas), mantendo a proporção entre o número de Persecutórios instaurados e relatados.

No tocante ao combate aos crimes ambientais (desmatamento na Amazônia), no ano de 2009 no bojo da OPERAÇÃO ARCO DE FOGO, foram **presas em flagrante 176 (cento e setenta e seis) pessoas** pela prática de crime ambiental (desmatamento), apreendendo-se **92 (noventa e dois) veículos; 23 (vinte e três) armas de fogo; 14.121 m³** (quatorze mil cento e vinte e um metros cúbicos) de madeira.

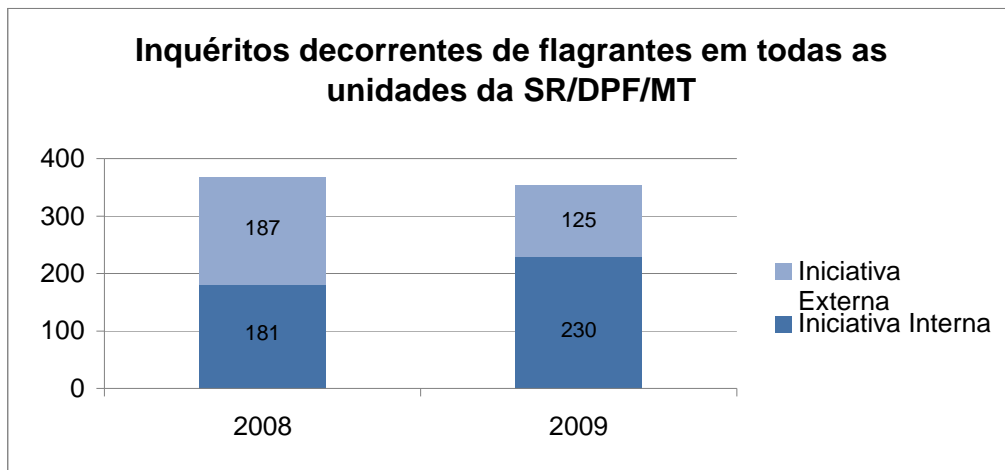
A título de ilustração, esta forte ação repressiva da Polícia Federal resultou na diminuição de **80% (oitenta por cento)** do desmatamento no estado de Mato Grosso comparado com o ano de 2007, antes do início da OPERAÇÃO ARCO DE FOGO, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE.

No que se refere à qualidade da prova produzida, há que se destacar que o Setor Técnico Científico da SR/DPF/MT é o mais produtivo do Departamento de Polícia Federal, em números proporcionais, ou seja, produtividade por Perito Criminal Federal.

No ano de 2009 o SETEC/SR/DPF/MT emitiu **1.891** (mil oitocentos e noventa e um) laudos, número inferior ao do ano de 2008, exatamente em razão da redução da demanda e diminuição do passivo de anos anteriores (2005, 2006, 2007).

Para fins de ilustração, seguem dados comparativos de produtividade em relação aos inquéritos decorrentes de prisões em flagrante delito e em relação às operações especiais:

Figura 3 - Gráfico comparativo de Inquéritos Policiais decorrentes de flagrantes



Quadro 12 - Relação de Inquéritos instaurados, relatados e em andamento

INQUÉRITOS POLICIAIS	QUANTIDADE				
	2005	2006	2007	2008	2009
INQUÉRITOS POLICIAIS INSTAURADOS	1045	1520	1631	1659	2367
INQUÉRITOS POLICIAIS RELATADOS	895	1065	1092	1553	2053
INQUÉRITOS POLICIAIS EM ANDAMENTO	2.313	2.734	3.204	3090	3210

Figura 4 - Gráfico comparativo de Inquéritos relatados, instaurados e em andamento

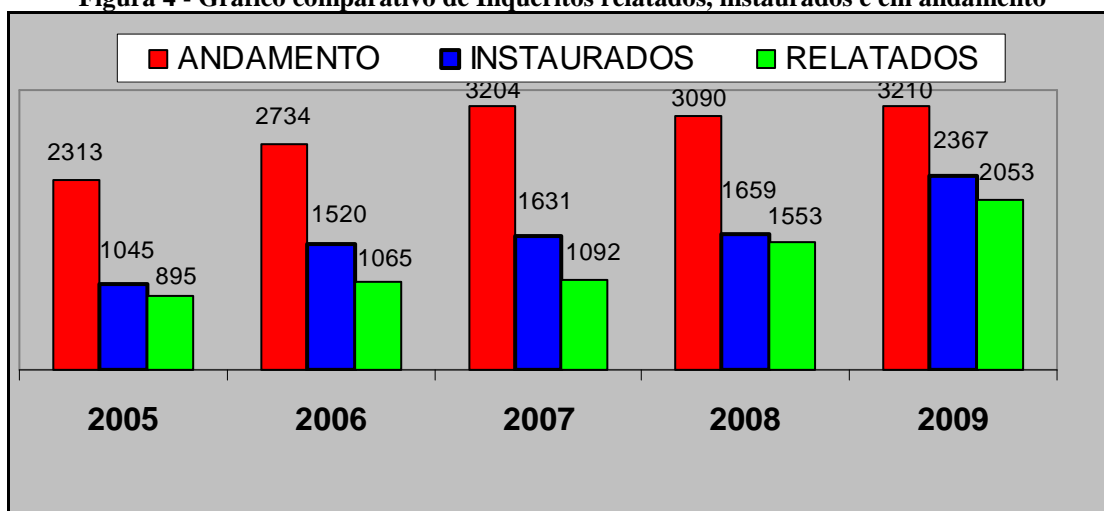
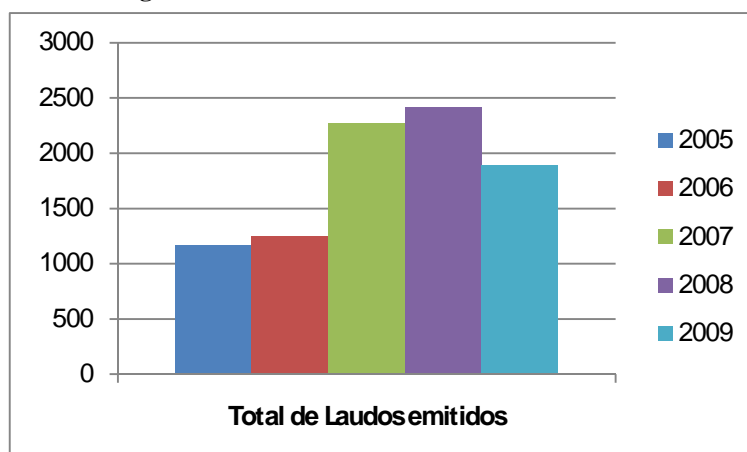


Figura 5 - Gráfico de Laudos Periciais emitidos



2.3.1.1.4 – Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Quadro 13 - Dados Gerais da Ação 4572

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Laura Vilella Rosa Tacca

Unidade executora	200375
Produto (unidade de medida)	Servidor Capacitado (UNIDADE)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 14 - Valores gastos com a ação 4572

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
4572	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 8.000,00	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI

Considerações

Neste ano de 2009 foi dada especial atenção à capacitação dos servidores da Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso, priorizando-se a capacitação de servidores lotados nas Delegacias Descentralizadas, bem como a servidores administrativos.

Tal política decorre do entendimento de que o melhor investimento que uma organização pode fazer é aquele voltado para a capacitação de seu material humano. O servidor capacitado aumenta sua produtividade e trabalha com maior satisfação e segurança no mister de seu cargo.

No quadro acima, consta apenas R\$8.000,00 (oito mil reais) pagos pela Unidade Gestora da Superintendência Regional de Polícia Federal de Mato Grosso, em razão da realização orçamentária ter sido feita diretamente pelos órgãos centrais do DPF, por ocasião dos treinamentos, cursos e seminários, ficando nossa Unidade responsável apenas pelo pagamento de diárias e passagens dos servidores.

Quadro 15 - Quadro comparativo de servidores capacitados nos últimos três anos

CARGO	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
SERVIDORES POLICIAIS	48	172	275
SERVIDORES ADMINISTRATIVOS	-	19	26
TOTAL	48	191	301

Quadro 16 - Percentual de servidores policiais capacitados nos últimos três anos

CARGO	QUANTIDADE		
	2007	2008	2009
SERVIDORES POLICIAIS CAPACITADOS	48	172	253
TOTAL DE SERVIDORES POLICIAIS	228	277	311
PERCENTUAL	21,05	62,09	81,35

Figura 6 - Gráfico comparativo de servidores capacitados nos últimos três anos

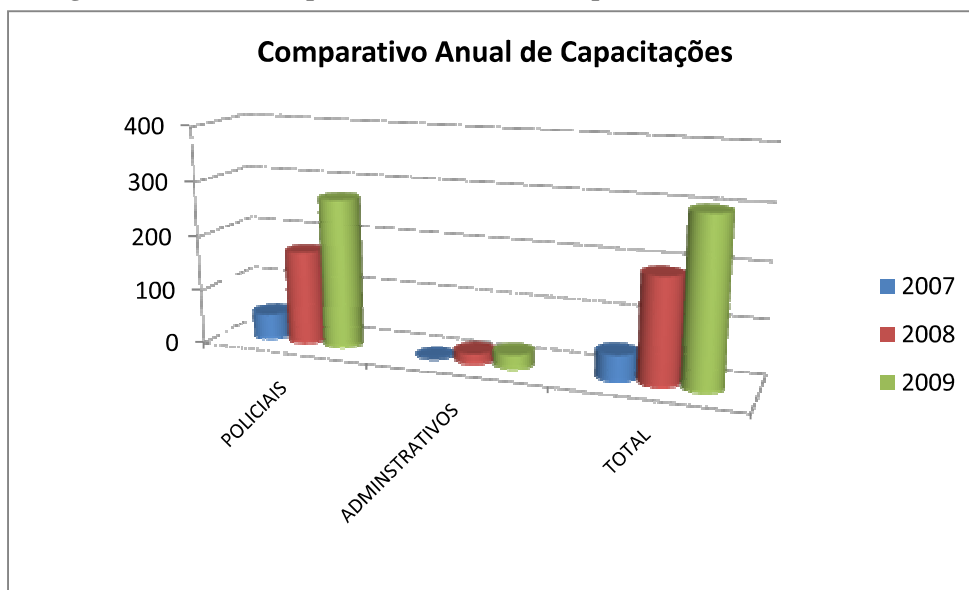
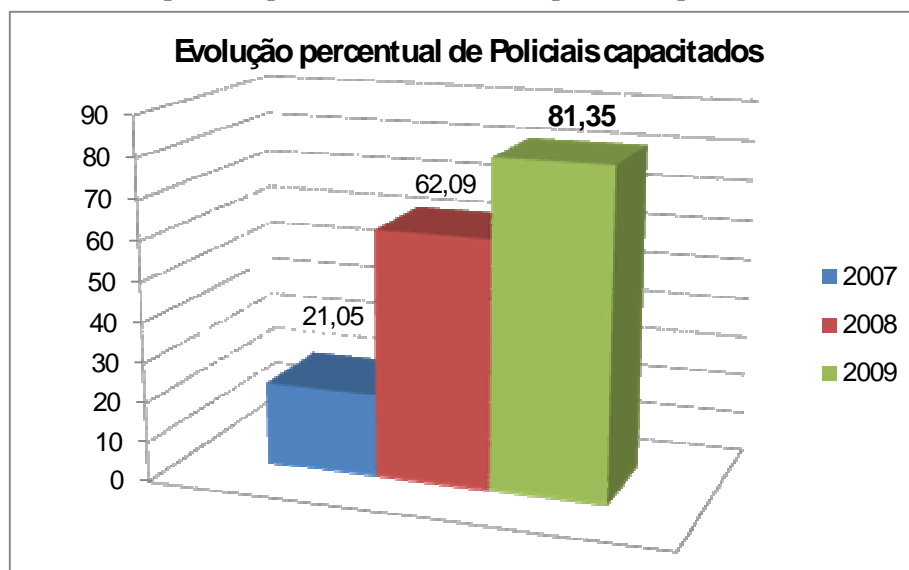


Figura 7 - Gráfico comparativo percentual de servidores policiais capacitados nos últimos três anos



2.3.1.2 – Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal

O Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal tem por objetivo reestruturar o DPF, proporcionando condições operacionais para o exercício de suas atribuições constitucionais, conforme detalhado em quadro abaixo, devendo-se observar que as ações especificadas se referem apenas àquelas executadas por esta Superintendência.

Quadro 17 - Dados do Programa 1353 - Modernização da Polícia Federal e suas Ações

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos		Aprimorar a estrutura e os modelos operacional e gerencial, bem como a capacidade executiva do policiamento federal.
Gerente de Programa		Rogério Augusto Viana Galloro
Responsável pelo Programa na UJ		Delegado de Polícia Federal Oslain Campos Santana
Indicador(es) para avaliação do programa		Não há indicador
Público-alvo (beneficiários)		Departamento de Polícia Federal
Código	Tipo ²	Descrição da Ação
8979	A	Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal
122R	P	Aquisição de terreno adjacente à Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso.
8600	A	Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pró-Amazônia
8980	A	Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.2.1 – Ação 8979 - Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 18 - Dados Gerais da Ação 8979

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Reformar e restaurar as instalações do Departamento de Polícia Federal, visando a melhoria da organização e do desenvolvimento das atividades, a redução de custos operacionais e o atendimento às crescentes demandas da sociedade em relação a segurança pública.
Descrição	Atendimento à crescente demanda de espaço físico adequado à formação e atuação dos servidores do Departamento de Polícia Federal, realizando obras de reforma e modernização nas bases operacionais, na Academia Nacional de Polícia e nas demais unidades do Departamento de Polícia Federal, contemplando: serviços preliminares, movimentos de terra, fundações, infraestrutura, superestrutura, vedações, esquadrias, coberturas, instalações hidro-sanitárias, elétricas e de telecomunicações e informática, revestimentos e pavimentações (pisos, paredes e forros), vidros, pinturas, elevadores e serviços complementares.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidade executora	200375
Produto (unidade de medida)	Unidade reformada (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

²

Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

Quadro 19 - Valores gastos com a ação 8979

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
8979 Reforma e Modernização das Unidades do Departamento de Polícia Federal	R\$ 62.979,07	R\$ 62.979,07	R\$ 62.979,07	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI

Considerações

As despesas empenhadas e liquidadas nesta ação foram executadas na reforma das instalações da Delegacia de Polícia Federal de Cáceres/MT, incluindo mão de obra de demolição e de construção, com fornecimento de material, conforme projeto básico no valor de **R\$ 50.479,07 (cinquenta mil reais quatrocentos e setenta e nove reais e sete centavos)**. Esta reforma visou dar melhores condições de trabalho aos servidores lotados naquela Unidade de fronteira, até o término da construção do novo prédio da Delegacia.

Também foi aplicado o valor de **R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais)** na reforma e pintura externa do prédio da Delegacia de Polícia Federal de Barra do Garças, propiciando melhores condições de trabalho aos servidores, até a construção do novo estacionamento e ampliação do prédio da Unidade, obra prevista para ser realizada no ano de 2010.

2.3.1.2.2 – Ação 122R - Aquisição de terreno adjacente à Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso

Quadro 20 - Dados Gerais da Ação 122R

Tipo de Ação	Projeto
Finalidade	Proporcionar à Superintendência Regional da Polícia Federal em Mato Grosso melhores condições de infra-estrutura, visando atender às demandas quanto a espaço para estacionamento de viaturas de seu acervo patrimonial, espaço para depósito de bens e mercadorias apreendidas e outras necessidades inerentes as suas atribuições.
Descrição	Aquisição de Imóvel adjacente a Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso com 1.088 m ² destinados a ampliação da área da Superintendência, bem como ampliar o estacionamento para viaturas próprias e guarda de carros apreendidos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidade executora	200375
Produto (unidade de medida)	Imóvel Adquirido (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Considerações

O principal problema do edifício Sede da Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso é a falta de estacionamento para viaturas oficiais e veículos apreendidos.

Tal situação é crítica, sendo que quando da apreensão de veículos de maior porte (ônibus e caminhões) estes são deixados estacionados na parte externa da Regional, até conseguirmos deslocá-los para algum pátio de depósito.

Diante disto, a Diretoria de Logística do Departamento de Polícia Federal planejou a aquisição de um imóvel localizado ao lado da Sede da Superintendência Regional de Polícia Federal em Cuiabá/MT, visando ser construído um Anexo, o qual irá abrigar estacionamento de veículos oficiais e apreendidos; depósitos de materiais; *stand* de tiro; auditório; refeitório e cantina; salas de reuniões e gabinetes.

Na data de 29.12.2009 foi sancionada pelo Senhor Presidente da República a lei nº. **12.167/09**, em que se abriu o orçamento da União, criando crédito no valor de **R\$ 880.00,00** (oitocentos e oitenta mil reais), para fins de aquisição do terreno supramencionado.

Iniciou-se processo licitatório, havendo no bojo deste a anuência do atual proprietário do imóvel em aliená-lo à União, com previsão de término do processo ainda no primeiro semestre de 2010.

2.3.1.2.3 – Ação 8600 - Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pró-Amazônia

Quadro 21 - Dados Gerais da Ação 8600

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Manutenir e atualizar os equipamentos, sistemas e instalações adquiridos por meio do projeto PROMOTEC/PROAMAZÔNIA.
Descrição	Atualização, substituição e/ou modernização dos equipamentos adquiridos e dos sistemas implantados, no âmbito do Projeto PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA, referente aos seguimentos de Identificação, Criminalística, Transporte, Reequipagem, Inteligência, Tecnologia da Informação, Telecomunicações, entre outros, bem como adequação dos laboratórios e respectivas instalações que possam comportar tais produtos, de modo que haja uma contínua manutenção e atualização tecnológica do Departamento de Polícia Federal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Davi Gomes de Oliveira
Unidade executora	200375
Produto (unidade de medida)	Projeto atualizado (%)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 22 - Valores gastos com a ação 8600

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
8600 Manutenção e Atualização do Projeto Promotec/Pro-Amazonia	R\$ 10.359,97	R\$ 10.359,97	R\$ 10.359,97	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI

Considerações

As despesas empenhadas e liquidadas nesta ação foram executadas para manutenção (conserto) do equipamento denominado “cromatógrafo”, utilizado pelo Setor Técnico Científico da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso.

2.3.1.2.4 – Ação 8980 - Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal

Quadro 23 - Dados Gerais da Ação 8980

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Dotar a Polícia Federal da infra-estrutura adequada para o desenvolvimento de suas atividades.
Descrição	Construção e ampliação de bases operacionais, da Academia Nacional de Polícia e das demais unidades do Departamento de Polícia Federal, visando à melhoria da instituição e do desempenho de suas atividades policiais e de formação policial, bem como a redução de custos operacionais, a fim de atender à crescente demanda da sociedade em relação à Segurança Pública.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-Fim da Polícia Federal – FUNAPOL
Coordenador nacional da ação	Renato José Lazary da Fonseca
Unidade executora	200375
Produto (unidade de medida)	UNIDADE CONSTRUÍDA (% de execução física)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 24 - Valores gastos com a ação 8980

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
8980 Construção e Ampliação de Unidades do Departamento de Polícia Federal	R\$ 2.645.724,23	R\$ 679.503,29	R\$ 679.503,29	R\$ 1.966.220,94

Fonte: SIAFI

Considerações

A execução da despesa desta ação está sendo realizada com a construção do novo prédio da Delegacia de Polícia Federal em Cáceres/MT, obra iniciada no final do ano de 2009 e com previsão de conclusão no final de 2010.

No exercício de 2009 foram empenhados **R\$ 2.645.724,23** (dois milhões seiscentos e quarenta e cinco mil e setecentos e vinte e quatro reais e vinte e três centavos).

Todavia, a empresa realizou no ano de 2009 apenas **12,18%** (doze vírgula dezoito por cento) da obra, sendo liquidado o valor de **R\$ 679.503,29** (seiscentos e setenta e nove mil, quinhentos e três reais e vinte e nove centavos).

Periodicamente são efetuadas as medições para liquidação parcial, de acordo com o cronograma de execução pelos fiscais da obra, além do acompanhamento diário por parte da equipe de apoio integrada por servidores lotados na Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso.

Ademais, o cronograma de execução da obra está sendo acompanhado por Peritos Criminais Federais com formação na área de engenharia, visando evitar a ocorrência de irregularidades em sua execução.

2.3.1.3 – Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

O Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, de responsabilidade do Ministério da Justiça, conta com a participação da Polícia Federal na execução da Ação 8375 - Campanha de Desarmamento.

Quadro 25 - Dados do Programa 1453 - Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Modernizar, fortalecer e integrar as instituições de Segurança Pública e Justiça
Objetivos Específicos	Enfrentar a criminalidade e a violência, nas suas raízes sociais e culturais e reduzir de forma significativa seus altos índices em territórios de descoesão social.
Gerente de Programa	Ronaldo Teixeira da Silva
Responsável pelo Programa na UJ	Delegado de Polícia Federal Oslain Campos Santana
Indicador(es) para avaliação do programa	Taxa de Homicídios (1/100.000 habitantes)
Público-alvo (beneficiários)	Adolescentes e jovens vítimas da violência, em situação de risco social ou em conflito com a lei, e suas famílias; operadores de segurança pública e as comunidades residentes nos territórios de descoesão social.

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.3.1 – Ação 8375 - Campanha de Desarmamento

Quadro 26 - Dados Gerais da Ação 8375

Tipo de Ação	Atividade
--------------	-----------

Finalidade	Promover a campanha nacional de desarmamento e o pagamento de indenização pela entrega de armas de fogo.
Descrição	Realização de Campanha Nacional de Desarmamento, publicação de material informativo nas diversas mídias; recepção, acondicionamento, destino e pagamento de indenizações pela entrega de arma de fogo. Aperfeiçoamento do sistema de controle de armas e munições, a partir da contratação de empresas especializadas no desenvolvimento de soluções tecnológicas.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Justiça
Coordenador nacional da ação	Cristina Gross Villanova
Unidade executora	200374
Produto (unidade de medida)	Indenização paga (unidade)

Fonte: SIGPLAN

Quadro 27 - Valores gastos com a ação 8375

Projeto/Atividade	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
8375 Campanha do Desarmamento	R\$ 52.170,54	R\$ 28.470,54	R\$ 26.770,54	R\$ 23.700,00

Fonte: SIAFI

Considerações

O Departamento de Polícia Federal em todos os Estados da Federação, é o executor da Campanha do Desarmamento, que consiste na entrega de arma de fogo mediante indenização, que inclusive passou a ter caráter permanente.

Esta ação visa precipuamente ao pagamento das referidas indenizações, mas também tem o objetivo de fomentar de outras formas a ação, tendo servido como fundo inclusive para a Campanha de Regularização realizada em 2009.

No Estado de Mato Grosso a Polícia Federal empenhou **R\$ 33.700,00** (trinta e três mil e setecentos reais) para o pagamento de indenizações, dos quais R\$10.000,00 (dez mil) foram pagos ainda em 2009 e o restante inscrito em Restos a Pagar.

Foram arrecadadas **187** (cento e oitenta) armas de fogo; regularizadas **8.256** (oito mil duzentos e cinquenta e seis) e renovados **2.519** (dois mil quinhentos e dezenove) registros, tendo sido adotadas iniciativas de interiorização da Campanha do Desarmamento em cidades-polo do Estado de Mato Grosso.

Quadro 28 - Comparativo de registros de arma de fogo emitidos

ATIVIDADES DO SINARM/SR/MT	2005	2006	2007	2008	2009
Registros emitidos	395	480	288	891	10775

Fonte: SINARM/SR/DPF/MT

2.3.1.4 – Programa 0750 - Apoio Administrativo

O Programa 0750 – Apoio Administrativo é um programa padronizado referente ao custeio da máquina estatal. Tem por objetivo intensificar as ações de apoio administrativo aos trabalhos operacionais da Polícia Federal. Consiste no aprimoramento da gestão, visando alcançar maior eficiência e eficácia no cumprimento das missões constitucionais do Departamento de Polícia Federal.

A única ação desenvolvida por esta Superintendência Regional dentro do programa em tela é a Ação 2000 – Administração da Unidade, a qual engloba a maior parte dos gastos da Unidade.

Quadro 29 - Dados do Programa 0750 – Apoio Administrativo

Tipo de programa		Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo Geral		Não informado
Objetivos Específicos		Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de Programa		Não informado
Responsável pelo Programa		Delegado de Polícia Federal Oslain Campos Santana
Indicadores para avaliação do programa		Este Programa não possui indicadores.
Público-alvo (beneficiários)		Governo
Código	Tipo ³	Descrição da Ação
2000	A	Administração da Unidade

Fonte: SIGPLAN

2.3.1.4.1 – Ação 2000 - Administração da Unidade

Quadro 30 - Dados Gerais da Ação 2000

Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes e 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser

³ Tipo de Ação: P – Projeto; A – Atividade; OP – Operação Especial

	apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000). Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc.; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Polícia Federal
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado
Unidades executoras	200374 e 200375
Produto (unidade de medida)	Não há produto para esta Ação

Fonte: SIGPLAN

Quadro 31 - Valores gastos com a ação 2000

Projeto/Atividade		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Insc. em RP Não-Proc
2000	Administração da Unidade UG 200374	R\$ 6.827.207,20	R\$ 5.983.437,28	R\$ 5.917.211,31	R\$ 843.769,92
2000	Administração da Unidade UG 200375	R\$ 44.448,67	R\$ 44.448,67	R\$ 44.432,17	R\$0,00
2000	Total	R\$ 6.871.655,87	R\$ 6.027.885,95	R\$ 5.961.643,48	R\$ 0,00

Fonte: SIAFI

Considerações

A execução da Ação 2000 é fator impactante no desempenho operacional da Polícia Federal, uma vez que financia as despesas das atividades-meio necessárias à gestão e administração da Unidade, como: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular da PF; manutenção e conservação de imóveis próprios ou alugados da Superintendência e suas Delegacias; pagamento de diárias e passagens; e outras.

No ano de 2009 foram contratados serviços de suporte administrativo que a Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso não contava anteriormente, entre os quais serviço de recepcionista/atendente (**07 contratados**), recepcionista/secretária (**10 contratados**), motorista (**02 contratados**) e gestor de frotas (**01 contratado**).

Particularmente quanto à contratação de servidores terceirizados, importante salientar que foi tomada tal decisão administrativa, em decorrência da União não ter autorizado a

realização de concurso para contratação de servidores administrativos, existindo carência de tais profissionais nas Unidades da Superintendência; todavia, a contratação desses terceirizados evitou o desvio de funções de servidores Policiais para a área meio.

2.4 – Desempenho Operacional

2.4.1 – Evolução das despesas

2.4.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro 32 - Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	R\$ 4.197.368,48	R\$ 4.257.104,32	R\$ 4.197.368,48	R\$ 4.257.104,32
Convite	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Tomada de Preços	R\$ 254.044,43	R\$ 50.479,07	R\$ 254.044,43	R\$ 50.479,07
Concorrência	R\$ 0,00	R\$ 679.503,29	R\$ 0,00	R\$ 679.503,29
Pregão	R\$ 3.943.324,05	R\$ 3.527.121,96	R\$ 3.943.324,05	R\$ 3.527.121,96
Concurso	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Consulta	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Contratações Diretas	R\$ 1.315.132,77	R\$ 1.951.551,59	R\$ 1.194.051,65	R\$ 1.951.551,59
Dispensa	R\$ 1.194.051,65	R\$ 1.837.944,35	R\$ 1.194.051,65	R\$ 1.837.944,35
Inexigibilidade	R\$ 121.081,12	R\$ 113.607,24	R\$ 121.081,12	R\$ 113.607,24
Regime de Execução Especial	R\$ 582.877,08	R\$ 464.820,07	R\$ 582.877,08	R\$ 464.820,07
Suprimento de Fundos	R\$ 582.877,08	R\$ 464.820,07	R\$ 582.877,08	R\$ 464.820,07
Pagamento de Pessoal	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Pagamento em Folha ¹	Não disponível	Não disponível	Não disponível	Não disponível
Diárias	R\$ 2.096.026,16	R\$ 2.512.297,79	R\$ 2.096.026,16	R\$ 2.512.297,79

Outros	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
---------------	-----------------	-----------------	-----------------	-----------------

¹ O pagamento da folha é realizado pelo Órgão Central - UG 200334. Os valores referentes à folha de pagamento desta Superintendência constarão no Relatório de Gestão do DPF.

2.4.1.3 – Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 33 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa
(em reais)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal ¹	5.051,05	0,00	5.051,05	0,00	5.051,05	0,00	5.051,05	0,00
Outros Benefícios Assistenciais	5.051,05	0,00	5.051,05	0,00	5.051,05	0,00	5.051,05	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3- Outras Despesas Correntes	7.788.962,47	9.126.552,79	7.422.828,10	8.376.177,91	366.134,37	742.987,75	7.337.020,32	8.343.330,53
Diárias - Pessoal Civil	2.096.026,16	2.512.297,79	2.092.254,65	2.512.297,79	3.771,51	0,00	2.092.254,65	2.512.297,79
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.595.374,81	2.194.589,97	1.495.112,23	1.879.411,97	100.262,58	315.178,00	1.435.088,36	1.875.752,37
Locação de Mão-de-obra	1.922.158,13	2.107.402,54	1.843.648,65	1.977.219,36	78.509,48	130.183,18	1.843.648,65	1.950.801,05
Demais elementos do grupo	2.175.403,37	2.312.262,49	1.991.812,57	2.007.248,79	183.590,80	297.626,57	1.966.028,66	2.004.479,32

¹ As despesas de pessoal ordinárias da Unidade Gestora são executadas pelo Órgão Central.

Quadro 34 - Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	R\$ 262.008,75	R\$ 443.800,03	R\$ 356.240,42
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 2.242.815,79	R\$ 2.102.652,95	R\$ 2.512.298,79
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	R\$ 1.658.425,80	R\$ 1.949.241,08	R\$ 2.137.402,54
3.1 Publicidade	R\$ 15.227,88	R\$ 27.082,95	R\$ 30.000,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	R\$ 975.566,80	R\$ 1.217.500,77	R\$ 1.473.641,35
3.3 Tecnologia da Informação	R\$ 227.633,64	R\$ 239.370,14	R\$ 291.817,72
3.4 Outras Terceirizações	R\$ 439.997,48	R\$ 465.287,22	R\$ 341.943,47
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	R\$ 80.646,02	R\$ 494.127,33	R\$ 464.820,07
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	R\$ 199.239,53	R\$ 582.877,08	R\$ 464.820,07
TOTAIS	R\$ 4.362.489,87	R\$ 5.078.571,14	R\$ 5.470.761,82

Considerações

No ano de 2009 foram contratados serviços de suporte administrativo que a SR/DPF/MT não contava anteriormente, entre os quais serviço de recepcionista (07 contratados), secretária (10 contratados), motorista (02 contratados) e gestor de frotas (01 contratado), refletindo no aumento de despesas com serviços de terceiros – pessoa jurídica.

Em relação às diárias se ressalta que em meados de 2009 houve aumento substancial do valor pago aos servidores do Executivo, a título de indenização de gastos com locomoção, hospedagem e alimentação, praticamente dobrando-se o valor das diárias.

Quanto às despesas com Suprimento de Fundos, houve uma redução comparada com o ano de 2008, tendo em vista que parte das despesas com abastecimento e manutenção de viaturas utilizadas na “Operação Arco de Fogo”, foram custeadas no bojo de contratos firmados por esta Regional.

Relativamente à OPERAÇÃO ARCO DE FOGO, trata-se de trabalho de repressão a crimes ambientais (desmatamento), o qual esta sendo executado na região norte de Mato Grosso, envolvendo servidores da Polícia Federal; do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA e da Força Nacional de Segurança Pública - FNS.

Atualmente estão envolvidos no trabalho aproximadamente 80 (oitenta) Policiais, entre Federais e Policiais Militares (FNS), divididos em três equipes, utilizando-se cerca de 30 (trinta viaturas), sendo que a manutenção e abastecimento de veículos; transporte e destinação de material apreendido; trabalhos de Polícia Judiciária ficam no encargo do Departamento de Polícia Federal.

Como resultado direto deste trabalho de repressão, ocorreu uma diminuição de **80 % (oitenta por cento) no desmatamento no estado de Mato Grosso**, comparado com o ano de 2007, antes do início da Operação Arco de Fogo.

2.4.1.4 – Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 35 - Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa
(em reais)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	967.382,30	3.346.005,93	478.230,48	1.253.405,99	489.151,82	2.092.599,94	478.230,48	1.218.310,90
Obras e Instalações - Op. Intra-orc.	288.260,09	2.708.703,30	69.364,18	742.482,36	218.895,91	1.966.220,94	69.364,18	742.482,36
Equipamento e Material Permanente - Op. Intra-orc.	679.122,21	637.302,63	408.866,30	510.923,63	270.255,91	126.379,00	408.866,30	475.828,54
5 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 - Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Considerações

As despesas com obras e instalações se referem à reforma das instalações da Delegacia de Polícia Federal de Cáceres/MT (incluindo mão de obra de demolição e de construção, com fornecimento de material conforme projeto básico); a pintura externa da Delegacia de Polícia Federal de Barra do Garças/MT e a construção da nova Delegacia de Polícia Federal em Cáceres/MT, iniciada no final do ano de 2009 e com previsão de conclusão no final de 2010.

As despesas com equipamento e material permanente se referem à aquisição de mobiliários e equipamentos para a Sede da Superintendência Regional em Cuiabá/MT e para as Unidades Descentralizadas no caso as Delegacias de Polícia Federal de Barra do Garças; Cáceres; Rondonópolis e Sinop.

2.4.1.5 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Quadro 36 - Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0662	Denominação: Prevenção e Repressão à Criminalidade

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
Não se Aplica ¹		R\$2.829.473,49	R\$2.827.854,14	R\$1.896,33	R\$2.827.576,66	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência ²			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Prazo de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (dias)	01/12/2006	79	70	75	Não disponível ³
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Tempo médio gasto entre a abertura e conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal.						
* Este índice é calculado pela						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício ⁴
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	Taxa de Conclusão de Inquéritos Policiais na Polícia Federal (PERCENTAGEM)	31/12/2006	63,6	80	70	86,73%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Relação percentual entre o número de inquéritos policiais concluídos em todas as unidades operacionais do órgão e o total de inquéritos policiais instaurados.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A proporção de inquéritos relatados/instaurados foi superior a 100% na SEDE da Superintendência Regional em Cuiabá/MT e nas descentralizadas de Cáceres/MT e Rondonópolis/MT . Por sua vez, o índice foi inferior a 100% nas descentralizadas de Barra do Garças/MT e Sinop/MT , sendo particularmente baixo nesta última, em razão de que a Delegacia foi inaugurada no segundo semestre de 2008, somando-se a este fato a redistribuição dos Persecutórios que tramitavam na Sede, todavia pertenciam à circunscrição de Sinop. Prevê-se que no ano de 2010 os números da Delegacia de Sinop se mostrem mais positivos, principalmente em virtude do apoio prestado pela Superintendência Regional, com reforço no trabalhos de Polícia Judiciária.						

Fonte: SIGPLAN e SISCART

¹ As Superintendências operam apenas na execução orçamentária de ações. Não há dotação específica. Esta informação constará apenas no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

² A Referência informada é a constante no PPA, estabelecida pelo DPF considerando os números globais da Polícia Federal.

³ Este índice não está disponível apenas para esta Superintendência, e o indicador geral para todo o DPF constará no Relatório de Gestão do DPF – Órgão Central.

⁴ O índice informado se refere apenas ao desempenho desta Superintendência.

Considerações

Nos anos de 2008 e 2009 as Unidades da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso praticamente mantiveram um equilíbrio entre os Persecutórios instaurados e relatados, quebrando uma seqüência histórica de aumento de número de Apuratórios em tramitação.

Relativamente ao ano de 2009, apesar dos dados estatísticos apontarem que foi instaurado um total de **2.367** (dois mil trezentos e sessenta e sete) e relatados **2.053** (dois mil e cinquenta e três) Persecutórios, tais números não refletem a realidade, tendo em vista que os Inquéritos Policiais redistribuídos da Sede (Cuiabá) para a Delegacia de Polícia Federal de Sinop, foram re-tombados na nova Unidade, recebendo nova numeração, logo, constam no sistema como instaurados duas vezes.

No ano de 2010 tal fato não acontecerá, sendo corrente que os resultados do primeiro trimestre do ano já apontam uma diminuição significativa do número de Persecutórios em tramitação em todas as Unidades da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso.

Ademais, foi determinado à Corregedoria Regional da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso um acompanhamento dos trabalhos de Polícia Judiciária, visando auxiliar as Autoridades Policiais na condução das investigações no bojo dos Persecutórios, procurando melhorar a qualidade das provas produzidas, bem como acelerar o término dos trabalhos nos investigativos.

2.4.1.6 – Execução Física e Financeira das ações realizadas pela Unidade

Quadro 37 - Execução física e financeira das ações realizadas pela Unidade

Função	Sub função	Progr.	Ação	Tipo ¹	Prio ²	Unidade Medida	Meta Física ³			Meta Financeira		
							Prev.	Real. ⁴	Para 2010	Prev.	Realizado	Para 2010
06	122	0750	2000	A	3	Não Há	NA	NA	NA	NA	R\$ 6.027.885,95	NA
06	125	0662	2679	A	3	Documento Emitido (UN)	NA	262	NA	NA	R\$ 87.444,19	NA
06	128	0662	4572	A	3	Servidor Capacitado (UN)	NA	301	NA	NA	R\$ 8.000,00	NA
06	181	0662	2726	A	3	Operação Realizada ⁵ (UN)	NA	17	NA	NA	R\$ 2.592.854,14	NA
06	181	1353	8600	A	3	Projeto Atualizado (%)	NA	NA	NA	NA	R\$ 10.359,97	NA
06	181	1353	8979	A	3	Unidade Reformada (UN)	NA	1	NA	NA	R\$ 62.979,07	NA
06	181	1353	8980	A	3	Unidade Construída (% exec.)	NA	12,18	NA	NA	R\$ 679.503,29	NA
06	183	0662	2270	A	3	Ação Realizada	NA	NA	NA	NA	R\$ 139.278,33	NA

						(UN)						
06	422	1453	8375	A	3	Indenização Paga (UN)	NA	NA	NA	NA	R\$ 28.470,54	NA
06	181	1353	122R	P	3	Imóvel Adquirido (UN)	1	0	0	R\$880.000,00	0	0

¹ Tipo da Ação: P – Projeto; A – Atividade e OP – Operação Especial

² Prioridade: 1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI, 2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento), 3 – Demais ações prioritárias, 4 – Ação não prioritária;

³ O campo preenchido como “NA” – Não se Aplica - está seguindo a orientação da CGU para o caso da UJ operar apenas como executora da ação. As metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA e constantes no SIGPLAN referem-se a todo o Departamento de Polícia Federal, e não há metas específicas para esta Superintendência Regional.

⁴ Neste campo estão informados apenas os dados relativos ao que foi executado por esta unidade. Os campos deixados em branco são decorrentes da impossibilidade de avaliação dos produtos da ação a nível regional.

⁵ Computou-se apenas as principais operações policiais, conforme explicação constante no Relatório.

2.4.2 – Indicadores de desempenho

Os indicadores institucionalizados do Departamento de Polícia Federal foram apresentados no item - 2.4.1.5 – Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.

2.4.3 – Análise do desempenho

A análise de desempenho desta Superintendência foi apresentada de forma detalhada em cada Ação. Além disso, na seção Introdução deste Relatório o resultado global desta SR foi resumidamente exposto, cujo trecho transcrevo abaixo:

No ano de 2009 deflagrou-se **17 (dezessete)** “OPERAÇÕES ESPECIAIS”, assim denominadas aquelas que demandaram a utilização de técnicas especiais de investigação, resultando na desarticulação de Organizações Criminosas que causaram elevados prejuízos a União e a sociedade brasileira.

Somente nas “Operações Especiais” de iniciativa da Superintendência Regional de Mato Grosso, foram cumpridos **263 (duzentos e sessenta e três) mandados de busca e apreensão e 300 (trezentos) mandados de prisão cautelar (temporária, flagrante e preventiva)**.

Quanto aos trabalhos ordinários de iniciativa interna da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso no ano de 2009, foram instaurados **230 (duzentos e trinta) Inquéritos Policiais decorrentes de prisões em flagrante delito**, resultando nas prisões de 796 (setecentas e noventa e seis) pessoas, o maior número dos últimos 05 (cinco) anos.

Em números totais, considerando os trabalhos pró-ativos (operações de inteligência) e reativos (Inquéritos Policiais), foram instaurados **2.367** (dois mil trezentos e sessenta e sete) Persecutórios e relatados **2.053** (dois mil e cinqüenta e três), restando em tramitação na Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso **3.210** (três mil duzentos e dez).

Relativamente à opção deste Gestor no combate ao narcotráfico no estado de Mato Grosso, nos anos de 2008 e 2009 todo o Departamento de Polícia Federal apreendeu cerca de **41 toneladas de cocaína**. Apenas a Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso foi responsável direta/indiretamente pela apreensão de aproximadamente **10 toneladas de cocaína**, cerca de **25% (vinte e cinco por cento)** do total apreendido pela Polícia Federal.

No tocante à opção pelo combate aos crimes ambientais, o trabalho de repressão no estado nos anos de 2008 e 2009, foi responsável pela diminuição em **80% (oitenta por cento) da área desmatada** em Mato Grosso, comparado com o ano de 2007, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

Já no combate a corrupção, nos anos de 2008 e 2009 foram desencadeadas **10 (dez)** “Operações Especiais”, objetivando desarticular Organizações Criminosas especializadas em fraudes a licitação; estelionato previdenciário; corrupção (propriamente dita) e apropriação/desvio de recursos da União, resultando na prisão, infelizmente, de **71 (setenta e um) servidores públicos** dos três entes Federativos (União, Estados e Municípios).

3 – Recursos Humanos

Quadro 38 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	364	364	Não há informação¹
Próprios	364	364	
Requisitados	NA	NA	
Celetistas	NA	NA	
Cargos de livre provimento	3	3	
Estatutários	3	3	
Não Estatutários	NA	NA	
Terceirizados	84	84	
Total	448	448	

Fonte: SIAPE

¹ - O Departamento de Polícia Federal não possui levantamento quanto ao quantitativo ideal de servidores para os seus quadros.

Quadro 39 - Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO						
Tipologia	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas*	Retribuições*	Gratificações*	Adicionais*	Indenizações*
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	277	NA	NA	NA	NA	NA
2008	328	NA	NA	NA	NA	NA
2009	364	NA	NA	NA	NA	NA
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA
Requisitados com ônus para a UJ						
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA

2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	48	R\$ 975.566,80	24	R\$ 667.631,12	0	R\$0,00	8	R\$ 148.521,36
2008	52	R\$ 1.217.500,77	27	R\$ 704.657,36	0	R\$0,00	22	R\$ 127.357,31
2009	62	R\$ 1.473.641,35	22	R\$ 341.943,47	0	R\$0,00	25	Não Disponível*

Fonte: SIAPE e SIAFI

* As informações referentes às despesas com pessoal são consolidadas pelo Órgão Central do DPF em Brasília-DF, que fará constar em seu Relatório os dados pertinentes a todo o DPF.

Considerações

O quadro de efetivo da Superintendência de Polícia Federal em Mato Grosso, seguindo a tendência do ano de 2008, aumentou nos cargos de Delegado de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal e Perito Criminal Federal; diminuindo-se nos cargos de Escrivão de Polícia Federal; Papiloscopista de Polícia Federal e servidores administrativos.

Atualmente os cargos que necessitam aumento de efetivo são principalmente o de Escrivão de Polícia Federal e Agente de Polícia Federal. Particularmente o cargo de Escrivão existe uma grande desproporção com o número de Delegados.

Não obstante, apesar do significativo aumento de efetivo de Agentes de Polícia Federal ocorrido nos últimos 03 (três) anos, ainda de faz necessário a lotação de um número maior de Agentes, tendo em vista a grande extensão territorial das circunscrições das Unidades da Polícia Federal em Mato Grosso, em especial a **Sede em Cuiabá/MT** e as das **Delegacias de Polícia Federal de Sinop/MT e de Barra do Garças/MT**.

A título de ilustração a circunscrição da Sede da Superintendência (Cuiabá), possui **40 (quarenta) municípios**; com população aproximada de **1.400.000** (um milhão e quatrocentos) mil habitantes e **área territorial de 304.316 km²** (trezentos e quatro mil trezentos e dezesseis quilômetros quadrados), maior que **18 (dezoito)** estados do Brasil, no caso: **AC; AL; AP; CE; ES; PB; PR; PE; PI; RJ; RN; RS; RO; RR; SC; SP; SC e TO**;

Quanto à circunscrição da Delegacia de Polícia Federal de Barra do Garças, possui **31 (trinta e um) municípios**, com população aproximada de **350.000** (trezentos e cinquenta mil) habitantes e **área territorial de 234.812 km²** (duzentos e trinta e quatro mil oitocentos e doze quilômetros quadrados), maior que 13 (treze) estados do Brasil, no caso: **AC; AL; AP; CE; ES; PB; PR; PE; RJ; RN; RR; SC; SE**.

Já a circunscrição da Delegacia de Polícia Federal de Sinop, possui **30 (trinta) municípios**; com população aproximada de **600.000 (seiscentos mil) habitantes** e área territorial de **207.469 km²** (duzentos e sete mil quatrocentos e sessenta e nove mil quilômetros quadrados), maior que **12 (doze)** estados da Brasil, no caso: **AC; AL; AP; CE; ES; PB; PR; PE; RJ; RN; SC; SE.**

Diante da área territorial das circunscrições das Unidades citadas acima, qualquer deslocamento para missões na suas porções norte, noroeste e nordeste do Estado, demanda em média 05 (cinco) dias de ausência das respectivas Sedes, considerando que o deslocamento é realizado por estradas, a sua grande maioria não pavimentadas.

Quanto aos servidores administrativos, o quadro permanece aquém das necessidades da Superintendência Regional em Cuiabá/MT e das Delegacias Descentralizadas, obrigando os Chefes das Unidades a desviar Policiais Federais da atividade fim (Policial) para atividades meio (administrativas), objetivando evitar prejuízo ao atendimento da população, no tocante as funções administrativas da Polícia Federal, como emissão de passaporte; segurança privada; registro de armas; controle de produtos químicos etc.

Para minimizar este déficit de servidores administrativos estatutários, o Gestor foi obrigado a realizar a contratação de funcionários terceirizados e estagiários. Considerando-se o custo de contratação unitária destes profissionais, verificamos que o valor é quase o mesmo do pagamento de salários ao servidor concursado.

Logo, urge a realização de concurso público para fins de preenchimento dos claros de lotação destes servidores nas Unidades da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso, evitando-se o desvio de função de servidores policiais.

4 – Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

– não ocorreu no período –

5 – Informações sobre Restos a Pagar - 2009

Quadro 40 - Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 60.363,99	R\$ 0,00	R\$ 58.269,85	R\$ 2.094,14
2007	R\$ 636,97	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 636,97
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	R\$ 577.361,65	R\$ 128.238,62	R\$ 428.513,23	R\$ 20.609,80
2007	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Observações:				

Fonte: SIAFI

Considerações

No ano de 2009 o Gestor procurou evitar a existência de restos a pagar para o ano de 2010, todavia, em face de contenção de 30 % (trinta por cento) do orçamento da União até o mês de novembro, grande parte das aquisições necessárias ao regular trabalho da Unidade, somente foram realizadas no final do exercício, deixando saldo para pagamento no ano de 2010.

6 – Transferências de Recursos Mediante Convênio, Acordo, Ajuste, Termo de Parceria ou Outros Instrumentos Congêneres

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso não realiza transferência de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, tal atribuição é privativa do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

7 – Previdência Complementar Patrocinada

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

8 – Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

– não se aplica –

A Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado Mato Grosso não firma Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos, tal atribuição é exclusiva do Órgão Central do Departamento de Polícia Federal.

9 – Renúncia Tributária

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

10 – Operações de Fundo

- Não se aplica à Natureza Jurídica da UJ -

11 – Determinações dos Órgãos de Controle

11.1 – Recomendações da CGU

A Superintendência de Polícia Federal no estado de Mato Grosso **não recebeu** determinações e/ou recomendações da Controladoria Geral da União, para o ano de 2009.

11.2 - Determinações e Recomendações do TCU

A Superintendência de Polícia Federal no estado de Mato Grosso **não recebeu** determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União, para o ano de 2009.

12 – Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados em 2009

O envio de informações alusivas a atos de admissão de pessoal e concessão de aposentadoria, reforma e pensão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007, à CGU, bem como o registro no sistema SISAC são realizados pela Coordenação de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão de Pessoal do DPF.

Assim, as informações pertinentes aos atos de admissão e concessão do Departamento de Polícia Federal, inclusive desta Superintendência Regional, constarão no Relatório de Gestão do Órgão Central.

13 – Declaração da área responsável pelos Contratos e Convênios

Quadro 41 - Declaração do responsável pela área de contratos

DECLARAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ÁREA DE CONTRATOS			
DECLARAÇÃO			
Denominação completa (UJ):		Código das UGs:	
Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Mato Grosso		200374 e 200375	
<p>Declaro que as informações referentes a contratos celebrados pela Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado de Mato Grosso estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, de acordo com o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.</p> <p>Com relação ao Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, esta Superintendência não firma convênios, contrato de repasse, termo de parceria ou outros instrumento congêneres. Tal atribuição é privativa do Órgão Central do DPF.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Cuiabá-MT	Data	31 de março de 2010
Responsável	Administradora Alessandra Rodrigues de Oliveira	Matrícula nº	12.200

14 – Outras Considerações

No exercício de 2009 foi implementada a REENGENHARIA do Setor de Logística e Administração da Superintendência de Polícia Federal de Mato Grosso – SELOG/SR/DPF/MT, objetivando uma melhor divisão de tarefas dos servidores ali lotados, com escopo de atingir a eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos.

O estudo, acompanhamento e implementação no SELOG/SR/DPF/MT foi executado por servidores da própria Unidade (Policiais e Administrativos), os quais possuíam graduação na área de Administração de Empresas e Engenharia e especialização no tema REENGENHARIA.

Como resultado desta iniciativa, o Setor de Administração e Logística deixou de trabalhar de forma reativa, passando a atuar de forma pró-ativa, consubstanciado no planejamento de ações relativas às compras necessárias a Unidade; acompanhamento de execução dos contratos de prestação de serviços; prévia confecção dos processos de obras de ampliação/reforma/manutenção dos prédios da Polícia Federal no estado.

Outro avanço alcançado no exercício, caracterizou-se pela contratação de empresas responsáveis pela manutenção e abastecimento de viaturas utilizadas na OPERAÇÃO ARCO DE FOGO, o que ocasionou uma diminuição dos gastos com suprimento de fundos. Como já reportado, os trabalhos de repressão desenvolvidos na Operação Arco de Fogo ocasionaram uma diminuição de 80% (oitenta por cento) no desmatamento no estado de Mato Grosso.

No ano de 2010 a direção da Polícia Federal determinou o início de outra operação ostensiva no estado de Mato Grosso, no caso da OPERAÇÃO SENTINELA, a qual visa combater delitos transnacionais, particularmente o narcotráfico na região da fronteira do Brasil com a Bolívia.

Na operação serão empregados Policiais Federais, Policiais Militares da Força Nacional de Segurança Pública - FNS e Policiais do estado de Mato Grosso, espalhados em postos fixos e móveis pela fronteira, com efetivo de cerca de 100 (cem) servidores, o que certamente incorrerá em um aumento dos gastos de custeio e com suprimento de fundos por parte da Unidade Gestora.

Derradeiramente, salienta-se que a crise financeira internacional, com reflexos na arrecadação de tributos e repasse à Unidade Gestora da Polícia Federal em Mato Grosso, apesar de ocasionar atrasos em alguns projetos administrativos, não prejudicou o desempenho operacional da Unidade, o qual se manteve no elevado patamar de 2008.

OSLAIN CAMPOS SANTANA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional

Ana Maria de Sousa
Agente Administrativo
Chefe do Setor de Administração e Logística Policial

Leonardo Volpato Pazin
Agente Administrativo
Chefe Substituto do Setor de Recursos Humanos

15 – Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
SERVIÇO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - MT	200374 - 200375
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> – a verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal; – o acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade da Polícia Federal, via SIAFI; e – a análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	
Local: Brasília/DF	Data: 18/02/2010
Contador Responsável: GLADSTON GUIMARÃES NAVES	CRC nº DF-12534/O-8

DATA: 11/03/10

HORA: 17:04:26

USUARIO: ANTONIA

PAGINA: 1

MENSAGEM: 2010/0284942 DA EMISSORA 200240 SETORIAL DE CONTABILIDADE/DPF
EM 11/03/10 AS 16:36: POR GLADSTON GUIMARAES NAVES

ASSUNTO: DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL

SENHOR ORDENADOR DE DESPESA,

1. INFORMO A VOSSA SENHORIA QUE FOI ENCAMINHADA EM FEVEREIRO DE 2010 A DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA SUA UNIDADE GESTORA.

2. A DECLARAÇÃO FOI EMITIDA EM CONSONÂNCIA COM A PORTARIA TCU Nº 389/2009 E DEVE SUBSIDIAR O PREENCHIMENTO DE DEMONSTRATIVOS DO RELATÓRIO DE GESTÃO, CONFORME ORIENTA A REFERIDA PORTARIA.

3. NA DECLARAÇÃO ENVIADA NÃO FOI MENCIONADO O PERÍODO A QUE SE REFERE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS SOB ANÁLISE.

4. DESSA FORMA, INFORMO QUE OS DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS MENCIONADOS NA DECLARAÇÃO REFEREM-SE AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2009, DEVENDO, PORTANTO, SER ESTA MENSAGEM ANEXADA A REFERIDA DECLARAÇÃO PARA COMPLEMENTAR A INFORMAÇÃO.

RESPEITOSAMENTE,
GLADSTON GUIMARÃES NAVES
CONTADOR RESPONSÁVEL
CRC Nº DF-12534/O-8